



INSTITUTO
multiplicidades

Por que ser professor no Brasil?

Breve histórico da educação e o papel da
docência no país



Bandeira do Brasil

*Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e
foi aprendendo socialmente que,
historicamente, mulheres e homens
descobriram que era possível ensinar.*

Paulo Freire



INSTITUTO
multiplicidades

Um pouco da história da educação

A profissão dos docentes advém desde os tempos da organização humana em sociedade, quando surgiu a necessidade de que os conhecimentos, tradições e culturas fossem transmitidos de uma geração para outra e, para isso, era preciso a figura de um detentor que garantisse esse ofício. A escolha dessa pessoa não obedecia a critérios claros, ao contrário, só precisava de alguém disponível para a função. Ela não exigia diversos conhecimentos, nem tampouco estratégias para a transferência das informações.

No decorrer dos séculos seguintes, a educação se tornou privilégio da Igreja, pois eram poucos os alfabetizados. Quem passou a ter acesso a ela, além do clero, eram os nobres. Logo, o conhecimento ficou restrito a um grupo pequeno de privilegiados.

Na Idade Média, surgem as “primeiras universidades” para formar cidadãos que colaborassem com o Estado. Ainda assim, só os nobres e homens tinham possibilidade de ingresso a elas.

No Brasil, as primeiras manifestações pedagógicas foram responsabilidade dos jesuítas, cuja função era disseminar a palavra cristã, subjugando qualquer outra manifestação religiosa. Depois, o Estado assumiu essa responsabilidade e a educação passou a responder a interesses políticos. Por essa razão, em 1834, surgem os primeiros cursos de magistério para formar professores que atuassem no ensino primário, e para a preparação para os ensinos secundários. Em 1835, no Rio de Janeiro, nasce a primeira escola brasileira, que seguia o modelo europeu, ignorando a realidade do país. Assim como no velho continente, essa escola era destinada apenas aos filhos da elite dominante. Nesse período, surge a necessidade de se formar docentes que, por meio da educação, difundiram as “visões de mundo” que atendessem aos interesses políticos da época.

Dessa forma, percebe-se que a formação dos docentes está entrelaçada com a visão estatal, cuja principal exigência política era que os indivíduos aprendessem a ler e escrever, para que desta forma fosse mais fácil a difusão da ideologia do Estado.



Universidade de Coimbra - Portugal

Observa-se que neste período não havia a exigência por tantos conteúdos, pois o foco não era a apropriação de conhecimentos. A formação dos docentes e o modelo de conhecimento era moldada pelo Estado. (LIMA, ALEXANDRINO, 2012)

No início do século XX, a economia deixa de privilegiar o ambiente rural e volta sua atenção para as cidades, em virtude da chegada das indústrias. Neste novo contexto, a docência ganha destaque, por ser necessário ensinar e capacitar os operários para as fábricas. (SÁ; NETO, p. 7, 2016)

Em 1930, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder é criado o Ministério da Educação. *“Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Em 1932, um grupo de intelectuais preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira. O manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área da educação.”* **(Ministério da Educação)**

Essa luta dará ótimos frutos, pois em 1934, a Constituição Federal declara que a educação seja vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Sob tal ótica, o sistema educacional brasileiro é comandado pelo governo federal até 1960. No ano seguinte, aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dando autonomia aos órgãos estaduais e municipais, diminuindo a centralização do MEC. Ademais, o ensino religioso passa a ser facultativo nas escolas públicas, separando a educação das diretrizes religiosas cristãs.

Paralelamente, vários cursos de magistério e pedagogia surgem pelo país. Em 1917, as primeiras escolas normais no Rio de Janeiro almejam o ensino de artes e ofícios. Em 1942, criam-se os cursos de Pedagogia que respondem à Lei Orgânica do Ensino Industrial, sendo ocupados majoritariamente por mulheres que enfrentam vários obstáculos, como o machismo, a desvalorização de gênero e salarial. Na década de 40, surgem os primeiros sindicatos da categoria em uma tentativa de lutar e garantir melhores salários e qualidade de trabalho aos docentes. Essa batalha será amenizada com a ditadura militar no país.

Para garantir os conteúdos que deveriam ser trabalhados, cria-se, em 1937, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. *“Apesar disso, muitas formas foram experimentadas entre 1929 e 1996, para que o livro didático chegasse às salas de aula. Apenas com a extinção da FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, em 1997, e com a transferência integral da política de execução do PNLD para o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – é que se iniciou uma produção e distribuição contínua e massiva desse material.”* (Editora do Brasil)

Durante a Era Vargas, duas reformas foram importantes para o ensino brasileiro: *Reforma Francisco Campos* e *Reforma Capanema*. A primeira buscava estruturar o ensino e visava a uma organização em nível nacional. A segunda dividiu o secundário em dois cursos: ginásial com quatro anos e colegial com três anos e este foi separado em dois cursos paralelos: clássico e científico.

É fundamental destacar que, apesar das reformas tentarem garantir qualidade e equidade, o país enfrentava uma séria carência de professores capacitados, tanto que em 1952, na Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro, entra em funcionamento o primeiro curso nessa modalidade de ensino e, três anos depois, inaugura-se o Instituto Pedagógico do Ensino Industrial em São Paulo e o Centro de Pesquisa e Treinamento de Professores, em Curitiba.

Os 18 anos entre o fim do Estado Novo e o início da ditadura militar são marcados por um período de grande instabilidade no país, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, a ascensão ao poder de Juscelino K. de Oliveira, que pretendia fazer o Brasil “crescer 50 anos em 5”, o tumulto político de

Jânio Quadros que renuncia após sete meses de governo, o que leva à presidência de João Goulart, propondo reformas profundas para o país, entre elas, a agrária. Para impedir o que os militares chamavam de “comunismo”, esses tomam o poder, instalam a ditadura e enterram a democracia por 21 anos.

O mesmo golpe será sentido na educação. Os militares no poder coibiram qualquer avanço social e popular, assegurando a hegemonia burguesa. O país, em nome de “ordem e progresso”, curvou-se ao capital e à tecnologia estrangeiros, aumentando a pobreza da população e a dependência do país em relação aos interesses do capitalismo internacional. A desigualdade social atingiu patamares gritantes, ignorados pelo poder federal.

O novo regime fez duros cortes nas verbas para a educação pública e gratuita e o arrocho salarial do corpo docente e administrativo das escolas desestimularam o processo educacional. Para contrabalançar a redução das vagas na rede pública, os governos militares estimularam a proliferação do ensino pago, fornecido pelas escolas privadas, inclusive alterando a Constituição:

Art. 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola. - § 1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos poderes públicos. - § 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudo.



Menina pensativa em sala de aula

Com o empobrecimento da população neste período, há um aumento significativo no número de matrículas na educação básica, mas com poucos recursos e escassa formação docente, não há preocupação governamental com a qualidade ofertada.

A fim de garantir os novos interesses políticos, principalmente, combater o grande inimigo - o comunismo - fazia-se urgente uma reforma educacional que se desenvolveu em torno dos seguintes eixos, assim sintetizados por Germano (1994: 105-6):

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência o Estado militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças opositoristas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas.*
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização.*
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.*
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso da valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado (...) e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus.*

Sintetizando, a nova política educacional foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares. Os professores eram fiscalizados e qualquer assunto que fugisse ao exigido pelo regime, eles poderiam ser denunciados, presos e torturados. Esse clima de medo e opressão levou os docentes a serem meros reprodutores de conteúdos. Eram poucas as reflexões e debates. Assuntos polêmicos, nem pensar. Eu lembro que na minha época de ginásio tive aula com a Professora Claudete, de História e Geografia. Para estudar para a prova, ela preparava um questionário com 30 questões e 10 delas seriam utilizadas na avaliação. Exatamente igual. E a resposta era sempre única.

Ademais, “os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram, o que interferiu: na estrutura física das escolas, que apresentaram condições precárias de uso; no número de professores leigos, que aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau completo; e nos salários e condições de

trabalhos dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração”, escreveu a professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Renata Machado de Assis em seu artigo “A Educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos”.

A educação militar, portanto, fundamentou-se nos seguintes pilares: *qualificação de mão de obra operária*, diferenciando e aprofundando as desigualdades sociais; *alteração no currículo* com a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica para os alunos do 1º grau e Organização Social e Política do Brasil (OSP) para o 1º e 2º graus, visando ao culto à pátria e aos valores do Regime; *alterações curriculares*, excluindo as aulas de Sociologia e Filosofia do currículo básico dos estudantes; *organização hierarquizada e vertical* dos conteúdos e do ambiente escolar.



Militar estudando

A redemocratização e os novos caminhos para a educação

Com o fim do regime militar e o caminho aberto para o retorno da democracia, vários grupos marginalizados, como a UNE, a OAB, a ABI, a CNBB, ressurgem e uma nova Constituição enterra, definitivamente, esse período sombrio da história brasileira.

A Constituição de 1988 estabelecerá os novos princípios gerais da educação:

- (I) erradicação do analfabetismo;
- (II) universalização do atendimento escolar;
- (III) melhoria da qualidade do ensino;
- (IV) formação para o trabalho;
- (V) promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Outros pontos fundamentais da atual Constituição sobre a educação: direito de todos e dever do Estado e da família (...) (art. 205); gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206-IV); valorização dos profissionais do ensino (art. 206-V); garantia de padrão de qualidade (art. 206-VII); autonomia universitária (art. 207); responsabilidade do Poder Público quanto à oferta do ensino obrigatório (art. 208-p. 2º); a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os Estados e Municípios, no mínimo, 25%, da receita de impostos (art. 212) na educação; os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que comprovem finalidade não-lucrativa (art. 213).

Direcionado à educação, em 20 de dezembro de 1996, surge o “O plano nacional de educação”, que resulta na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Desde então, outras políticas e projetos surgem sempre com o propósito de melhorar a educação pública. Algumas dessas ações, conforme o site do Ministério da Educação:

1998

Criação Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas. Na sua quarta edição, em 2001, passou a ser aceito como teste válido para o acesso ao ensino superior, de modo isolado ou combinado ao vestibular tradicional.



1999

Aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/99).

2001

Nasce o FIES destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001).

2004

Criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos (parciais e integrais) a jovens de baixa renda.

2005

Criado o Programa Escola de Fábrica (Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005), com o objetivo de capacitar jovens de 16 a 24 anos para o ingresso no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação científica profissional. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) passa a ser inserida como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

2007

Lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), política que reforça a visão sistêmica da educação, com ações integradas com o objetivo de melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas, em um prazo de 15 anos, com prioridade para a educação básica.

2009

Institui-se o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

2010

É criado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

2011

Nascem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

2012

Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

2018

Instituído o Programa Mais Alfabetização (PMALFA)

2019

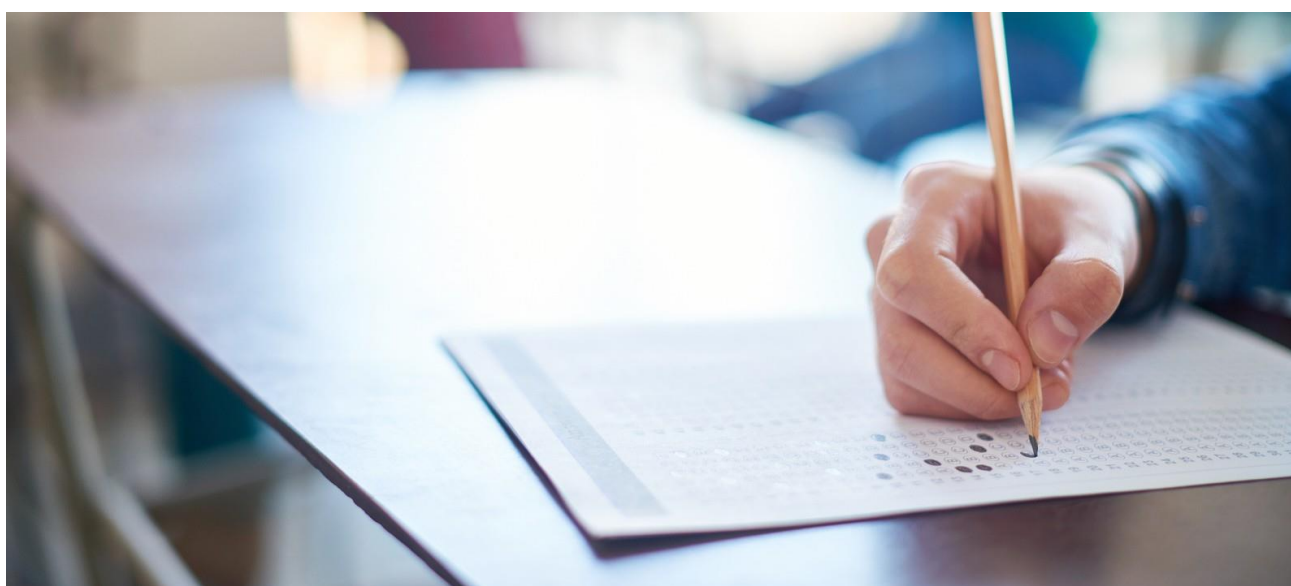
Cria-se o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Lançado, em 8 de outubro, o Programa Novos Caminhos.

2021

Implementação do Novo Ensino Médio

2023

Projetos do novo governo: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Plano de Afirmção de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), revisão do ensino médio.
(Ministério da Educação)



Reflexões para hoje

Se, de um lado, acompanhamos vários programas destinados a reduzir o abismo educacional que o Brasil vive entre a escola pública e privada - vide as últimas notas de redação nota mil no Enem 2023: dos 60 estudantes nota máxima, apenas quatro eram de escola pública; do outro, o que tem sido feito para garantir melhores salários, formação de qualidade e saúde mental aos docentes? Como os professores têm sido tratados pelos governos e sociedade?

Nos últimos anos, principalmente com a ascensão do conservadorismo, os professores foram transformados em inimigos da nação, acusados de doutrinação ideológica, perseguidos por câmeras violentas de alunos, responsáveis e instituições. Essa perseguição tem início em 2004, com a criação do Movimento Escola sem Partido, idealizado pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib. Segundo o site oficial do movimento, sua motivação surge de uma preocupação com *“o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”*, pois: *“A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.”*

Partindo dessa premissa, o projeto estabelece regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” o que o movimento entende como uma possível doutrinação ideológica e de gênero. O projeto, após ser amplamente criticado pelas instituições educacionais, tanto da educação básica, como acadêmica, foi esquecido até 2018, quando é fortemente retomado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em 2022, a Câmara Federal aprovou o PL 3.179/2012 em que autorizou a educação domiciliar, estabelecendo aos pais e responsáveis o direito de educar as crianças em casa com a supervisão do poder público. O projeto encontra-se parado no Senado.

Simultaneamente ao desequilíbrio salarial e a perseguição social, os docentes são submetidos a salários indignos. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) no segundo trimestre de 2023 apresenta lamentavelmente que os professores do ensino pré-escolar estão no topo da lista de profissões que tiveram as menores remunerações e trabalhadores ligados à área da educação

aparecem em seis das onze categorias listadas pela pesquisa. Veja as profissões com os menores salários do Brasil em 2023:

- **Professores do ensino pré-escolar** (R\$ 2.285);
- **Outros profissionais de ensino** (R\$ 2.554);
- **Outros professores de artes** (R\$ 2.629);
- Físicos e astrônomos (R\$ 3.000);
- Assistentes sociais (R\$ 3.078);
- Bibliotecários, documentaristas e afins (R\$ 3.135);
- **Educadores para necessidades especiais** (R\$ 3.379);
- Profissionais de relações públicas (R\$ 3.426);
- Fonoaudiólogos e logopedistas (R\$ 3.485);
- **Professores do ensino fundamental** (R\$ 3.554);
- **Outros professores de música** (R\$ 3.578)

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE).

Outrossim, universidades de pedagogia e licenciaturas precárias, afastamentos dos docentes por crises de ansiedade, forte pressão das gestões escolares e dos órgãos públicos competentes e síndrome de Burnout agravam a situação da educação brasileira. Não à toa, segundo o trabalho “Apagão de professores: Uma análise dos impactos da oferta de docentes no RS”, desenvolvido pelo Observatório Sesi da Educação deste Estado, estima-se a falta de 10 mil docentes na Educação Básica até 2040. Só no Rio Grande do Sul. Para especialistas ouvidos para a pesquisa, a valorização dos profissionais em sala de aula é imprescindível para reduzir a queda na procura pelas licenciaturas pelos novos estudantes. Uma delas, a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da PUCRS, Bettina Steren, defende que uma mudança na metodologia de ensino nas universidades agregaria no incentivo de mais estudantes buscarem exercer a profissão. Ao encontro dessa ideia, a professora universitária da Fundação Getúlio Vargas e de Harvard Cláudia Costin diz que a profissão de professor é *“tão complexa quanto a do médico”*. Segundo ela, *“infelizmente, a opinião pública não pensa assim. O docente não precisa de pena, só precisa de mais prestígio”*.

Outra pesquisa realizada em 2023 e intitulada “Quem estuda pedagogia na América Latina e no Caribe?: tendências e desafios no perfil do futuro docente” revelou que o Brasil possui uma das maiores concentrações de matrículas em formação inicial docente (FID) por 100 mil habitantes, quando comparado a outros países da América Latina e Caribe. Para se ter uma ideia, a cada cinco estudantes de ensino superior no Brasil, um deles está em algum programa de FID (contra uma média de 12,4% da região e 8% na OCDE). Entretanto, ao

serem entrevistados acerca do seu objetivo profissional, apenas 5% declaram que realmente querem ser professores. A maioria se vale da facilidade de ingresso, das baixas mensalidades e o ensino remoto para adquirir um certificado universitário e abrir portas para outras áreas. Ademais, os cursos de pedagogia e licenciatura estão entre os piores avaliados com base nos resultados do Enade (INEP), de 2021. Ainda segundo a pesquisa, 61% das matrículas de FID do Brasil são na modalidade remota e 89% das matrículas de FID a distância são em instituições privadas.

Em fevereiro de 2023, o Ministério da Educação e o INEP divulgaram o Censo Escolar 2022. Do corpo docente, composto por mais de 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões (79,2%) são professoras. Na educação infantil, onde se inicia a trajetória escolar regular, elas são praticamente a totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola. No ensino fundamental (1º ao 9º ano), as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhão de docentes e, no médio, elas representam 57,5% do total de 545.974. A maioria delas tem entre 40 e 49 anos (35,2%) – o censo também indica um padrão na predominância dessa faixa etária em todas as etapas de ensino. Mulheres de 30 a 39 anos representam 28,5%, seguidas pelo grupo das que possuem de 50 a 54 anos (12,2%) e das que têm de 25 a 29 anos (8,3%). Docentes com até 24 anos são 3,4%.

Esses dados são extremamente preocupantes, porque: 1. Em uma sociedade marcada pelo machismo e desigualdade de gênero não há preocupação governamental em melhorar os salários e as condições de trabalho das docentes, uma vez que - de modo geral - o Legislativo de todas as esferas públicas (municipal, estadual e federal) é majoritariamente formado por homens. 2. Observa-se que são poucas professoras em início de carreira, o que gerará um desequilíbrio e escassez de profissionais, já que um grande grupo se aposentará nos próximos anos, mas não haverá número suficiente para substituí-las.

Conclusão

Portanto, vivemos um quadro extremamente preocupante em relação à educação brasileira. Todos os países desenvolvidos cresceram investindo pesadamente na educação. Por aqui, a desvalorização do professor, em todos os âmbitos, caminha a curto prazo para a falta desse profissional no mercado. Mais uma vez, os melhores formandos da educação serão captados pelas escolas particulares, enquanto restará à pública o desfalque, o descaso e um ensino que formará estudantes com grandes dificuldades em leitura, escrita, matemática, interpretação e consciência do seu importante papel na sociedade.

No artigo “Educação brasileira”, o professor Manoel dos Passos da Silva Costa questiona e propõe:

Num país onde educação é mais jogo político de interesses e de poder que estratégia de desenvolvimento, onde a ciência é mais importada e postiza que gestada pela necessidade, o que cabe ao professor? Legitimar o caos? Corroborar com a situação depauperada do ensino? Há outros caminhos. Renunciar à condição de objeto e reassumir-se sujeito de transformação. No corpo a corpo da sala de aula, devolver à educação a capacidade criadora de consciência para que se inicie a mudança e se recuperem os caminhos legítimos do conhecimento e, conseqüentemente, da ciência. (p.34)

Não bastam projetos educacionais formidáveis, um novo ensino médio focado nas necessidades dos estudantes, cartilhas de alfabetização para recuperar os alunos defasados, laboratórios de informática, se não houver investimentos em salários, formação e qualidade de trabalho para os professores. A valorização da profissão deve começar pelos órgãos governamentais.

Além disso, é primordial - hoje - atrair excelentes alunos para a docência. Países como Chile, Equador, Peru e Colômbia implantaram políticas de incentivo, com bolsas, créditos estudantis e campanhas de valorização profissional. Outra ação urgente é exigir excelência nos cursos de pedagogia, licenciatura e áreas voltadas à educação, através da avaliação dos cursos, regulamentação e fechamento daqueles que não cumprem um padrão mínimo de qualidade.

O caminho é longo, árduo, mas precisa começar agora. Na verdade, o Brasil está há décadas atrasado em investimentos sérios na educação.

Devemos deixar de ser romantizar a docência, pregada como se fosse um dom, ou seja, como tal, as pessoas devem se submeter a qualquer condição de trabalho.

Ser professor requer estudo constante, dedicação, horas de trabalho fora do horário de aula, empenho. Um único professor pode mudar a vida de um aluno, pode salvá-lo, pode guiá-lo. Não queremos mais palavras lindas, poéticas, presentinhos no dia 15 de outubro. Queremos universidades de qualidade, formação de excelência, valorização social e um salário digno que nos permita trabalhar, formar e transformar cidadãos para que todas as profissões juntas construam um país melhor para nós - agora e para as futuras gerações.

Não há outro caminho para o desenvolvimento sem o reconhecimento da docência. **Então, por que ser professor no Brasil?** Porque acreditamos no nosso papel de transformadores. Porque sabemos a diferença que propiciamos na vida das pessoas. Porque entendemos que todas as profissões dependem da nossa. Porque somos idealistas, sonhadores e lutadores. Por isso, é preciso esperar, lutar, exigir a nossa devida valorização e reconhecimento. Encerrando este artigo, retomo novamente Paulo Freire: “*Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente*”.

Referências

ASSIS, Renata Machado. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. Educação em perspectiva. Vol.3, Nº2, 2007.**

Disponível em

<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6512/2673>.

Acesso em 21/01/2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso

em 23/01/2024

COSTA, Manoel dos Passos da Silva. **Educação brasileira alguns detalhes.**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Pato Branco,

2006. Disponível em

<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/passos/apostilas/apostilas/Apostila%20-%20Educacao%20Brasileira%20-%20Alguns%20Detalhes.pdf>. Acesso em

22/01/2024

Elacqua, Gregory; Jaimovich, Analía; Pérez-Nuñez, Graciela; Hincapié, Diana; Gómez, Constanza; Sánchez, María Jesús. **Quem estuda pedagogia na América Latina e no Caribe?: tendências e desafios no perfil do futuro docente.** Banco

Interamericano de desenvolvimento. 2022. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18235/0004686>. Acesso em 22/01/2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).**

São Paulo, Cortez, 1994.

LIMA, Cíntia Lúcia de; ALEXANDRINO, Daniela Fantoni de Lima. **Trajetória do Sistema Educacional através das configurações da Profissão Docente no Brasil, Cadernos de História da Educação, v. 11, n. 2, Jul/dez. 2012.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **Conheça a história da educação brasileira.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em 20/01/2024

SÁ, Tiago Tavares de; NETO, Francisco Raimundo Alves. **A Docência no Brasil: História, Obstáculos e Perspectivas de Formação e Profissionalização no século XXI**, Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, Volume 5, número 1, Edição de julho de 2016.

TEIXEIRA, Evandro Pereira- **Análise histórica da docência e a importância das práticas pedagógicas.** Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/analise-historica-da-docencia-e-a-importancia-das-praticas-pedagogicas.htm>. Acesso em 20/01/2024

ZINET, Caio- **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em 21 de jan. de 2024

Outros links de referências:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/10/investimento-em-melhores-salarios-e-formacao-adequada-podem-amenizar-deficit-de-professores-ate-2040-apontam-especialistas-clnku4ecu00eg015dus30etza.html>. Acesso em 20/01/2024.

[http://www.apoeesp.org.br/o-sindicato/historia/#:~:text=A%20APEOESP%20\(Sindicato%20dos%20Professor es,de%201945%2C%20em%20S%C3%A3o%20Carlos](http://www.apoeesp.org.br/o-sindicato/historia/#:~:text=A%20APEOESP%20(Sindicato%20dos%20Professor es,de%201945%2C%20em%20S%C3%A3o%20Carlos). Acesso em 20/01/2024.

<https://www.editoradobrasil.net.br/dia-do-livro-didatico-conheca-a-trajetoria-dessa-ferramenta-no-brasil/#:~:text=As%20primeiras%20obras%20did%C3%A1ticas%20publicadas,d ecreto%20das%20primeiras%20leis%20educacionais>. Acesso em 22/01/2024.

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em 21/01/2024.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado>. **Acesso em 19/01/2024.**

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado>. Acesso em 20/01/2024. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. **Acesso em 22/01/2024.**

<https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido>. **Acesso em 22/01/2024.**

<https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em 23/01/2024. <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/pesquisa-do-fgv-ibre-que-aponta-queda-maior-de-renda-entre-os>. **Acesso em 23/01/2024.**

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/10/investimento-em-melhores-salarios-e-formacao-adequada-podem-amenizar-deficit-de-professores-ate-2040-apontam-especialistas-clnku4ecu00eg015dus30etza.html> **Acesso em 23/01/2024.**

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/analise-historica-da-docencia-e-a-importancia-das-praticas-pedagogicas.htm>. Acesso em **22/01/2024.**

<https://www.editoradobrasil.net.br/dia-do-livro-didatico-conheca-a-trajetoria-dessa-ferramenta-no-brasil/> **Acesso em 22/01/2024.**

Sobre a autora



Carla Arruda

Diretora Pedagógica - Aprendizagem e
valorização dos Educadores

Professora de Língua Portuguesa e Coordenadora Pedagógica com atuação há mais de 30 anos em escolas particulares e projetos sociais.

Formada pela Universidade de São Paulo com mais de 20 cursos no currículo, incluindo MBA em gestão escolar com foco em metodologias ativas, contribuindo na formação de professores e reflexão sobre as condições dos educadores no atual ambiente escolar.